

NACIONAL

EXPANSÃO DO PIB

Pesquisa ajuda Lula definir a...

Governo preocupa-se com a forma como o PAC será apresentado e explicado ao País

HELENA CHAGAS
BRASÍLIA

Continuação da página A-1

auxiliares diretos do presidente, outro desafio a enfrentar: mudar as expectativas desgastadas de setores da sociedade e de agentes econômicos em relação às possibilidades de crescimento da economia.

Daí a importância que vem sendo dada à forma como o PAC será apresentado e explica-

do ao País. "A economia não vai crescer só com o investimento público. O investimento privado também tem que crescer. E isso será mais fácil se os diversos setores estiverem convencidos de que vai haver crescimento. E quando o governo reduz a carga tributária, a parcela de investimentos privados pode crescer muito", afirmou o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo.

O pacote que será anunciado na próxima segunda-feira – e que pode ser alterado no Congresso – não prevê a inclusão dos estados na fórmula que limitará o crescimento da folha de pagamentos dos três pôde-



Paulo Bernardo

res, conforme cogitado inicialmente.

Para os servidores da União, nos Três Poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário –, ficará estabelecido em lei complementar que o limite global de crescimento da folha não pode

ultrapassar o reajuste anual pelo INPC e mais um aumento real de 1,5%.

A medida visa a limitar sobre tudo os salários do Judiciário e do Legislativo. Levantamento do próprio governo mostra que, no último período de 12 anos, a folha salarial do Poder Judiciário teve aumento real de 117%; a do Legislativo, de 88%; e a do Executivo, de 16%.

Por decisão do presidente Lula, que teme reações em cadeia, os estados não foram incluídos por enquanto na proposta, mas o Planalto está disposto a negociar isso com os governadores no Congresso.

A maioria dos chefes de governo estaduais sonha com uma limitação desse tipo em lei federal, já que, reconhecem, dificilmente conseguiriam aprovar-a nas assembleias estaduais. A manutenção da Desvinculação de Recursos da União (DRU) – 20% das receitas orçamentárias – também será pedida ao Congresso Nacional em emenda constitucional.

Novamente neste caso, apesar da reivindicação geral dos governadores, os estados não foram incluídos.

Economia – Brasil

Redução de gastos perde impacto

As pesquisas que chegaram ao Planalto mostraram que preocupações que apareciam nos levantamentos qualitativos feitos durante a campanha, como a necessidade de corte dos gastos e de reforma previdenciária, já não estão entre as mais importantes, talvez efeito do encerramento da campanha e da saída de cena do candidato derrotado, o tucano Geraldo Alckmin, e de defensores desse discurso.

O foco agora, segundo assessores do presidente, é o crescimento e a redução da carga tributária. Da reforma da Previdência, poucos que-

rem saber, e quase sempre sob a condição de não se ferir direitos adquiridos. Não por acaso, a reforma tributária entrou na lista de prioridades do Planalto e a previdenciária ficará para depois e tratará só do futuro, ou seja, do regime de aposentadoria de novas gerações.

DÚVIDAS FISCAIS

Um outro ponto do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que o governo terá que explicar à opinião pública é a questão do superávit. Oficialmente, a meta de superávit fiscal de 2007 continua a ser de 4,25% do PIB e não será alterada. Na prática, essa eco-

nomia poderá ser de 3,75%, descontando-se os investimentos do Plano Piloto de Investimentos (PPI).

A fórmula que permite esse "desconto" foi negociada com o Fundo Monetário Internacional (FMI) há cerca de dois anos e vigorou nos orçamentos de 2005 e 2006, embora nunca tenha sido usada de fato.

Este ano, representaria cerca de R\$ 11 bilhões a mais para investir nas obras estruturantes. A preocupação do Planalto é não passar a idéia de que está afrouxando o ajuste fiscal.

(H.C.)

Economia Brasil
145
Reportagem 0024